

## Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

### RESTAURO DE MONUMENTOS.

MACHADO, José Moura

Ano: 1994 | Número: 104

---

#### Como citar este documento:

MACHADO, José Moura, Restauro de monumentos. *Revista de Guimarães*, 104 Jan.-Dez. 1994, p. 127-140.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



**casadesarmiento**

centro de estudos do património

# Restauro de monumentos <sup>1</sup>

José de Moura Machado

Revista de Guimarães, n.º 104, 1994, pp. 127-140

A erosão do tempo por via das intempéries, mas talvez, muito mais ainda, a devastadora acção da mão do homem, conduzem à destruição do que tem sido criado por ele através de milénios.

Há anos em Veneza, na Praça de S. Marcos, um cicerone simpático chamava-me a atenção, desolado, apontando para os belos edifícios que circundam aquela praça: – “Tudo isto estará submerso, de aqui a dez mil anos, nas águas da Laguna” – dizia-me.

– Isso é certo – respondi-lhe – mas não acuse a Laguna; porque de obras do passado com essa idade nada existe de pé.

Tem sido, como disse, a acção demolidora do homem a principal causa do desaparecimento e ruína dos monumentos: pelo cataclismo das guerras geradas por invasões e lutas várias, todas caracterizadas pela violência e intolerância, atitudes estas a negarem ao homem o qualificativo de animal superior.

A evolução deste tem contribuído, sem dúvida, também para pôr de lado aquilo que fez, substituindo-o pelo que cria de novo.

É verdade. Assim sucedeu através dos séculos e infelizmente ainda hoje acontece, por vezes, apesar do ambiente de oposição conferido pela relativamente jovem criação do espírito humano – a Arqueologia.

Não quero com isto, de maneira alguma, deixar de afirmar que concordo plenamente que se proceda à demolição daquilo não significativo como valor estético ou histórico.

---

<sup>1</sup> Trabalho escrito em 1977 e que serviu de assunto da palestra proferida no *Lions Clube de Guimarães* em 15.04.1978.

Dê-se mesmo a máxima audiência à arte dos nossos dias, porque será ela no futuro a prova real da nossa existência.

Mas, parecendo paradoxal, para melhor entender ou antes sentir a arte de hoje, torna-se necessário compreender e consequentemente respeitar as expressões da arte do passado.

É que existe uma correlação rigorosa entre as várias etapas do desenvolvimento das artes plásticas pelos tempos fora.

Abel Salazar – glória desta nossa terra – definiu a evolução da arte através dos tempos por uma curva sinusoidal, caminhando entre dois limites: o do *real* e o do *ideal*.

Deste modo teríamos as obras primas nos pontos da curva situados na linha média.

É uma interpretação com afinidades, ou melhor, certas semelhanças com a teoria da periodicidade histórica de Oswald Spengler.

Não é meu intuito, todavia, desenvolver agora este assunto.

\* \* \*

Embora a partir do fim do século XV, com o movimento renascentista, o homem passasse a olhar para o que os seus antepassados fizeram na antiguidade greco-romana, foi, porém, ao séc. XIX que coube o aparecimento da Arqueologia com foros de ciência.

Etimologicamente é a ciência das coisas antigas, e Salomão Reinach propõe para definição – “a explicação do passado pelos monumentos figurados ou fabricados”.

Constitui com os documentos escritos a base de informação das civilizações que nos precederam e por vezes a única, quando tais documentos não existem.

Até ao seu aparecimento, não se concebia a ideia de restaurar, no sentido de preservar o que se realizou em arte, com vista a conservar uma expressão plástica que concorreu para a definição de uma época.

A um estilo, outro se sucedia, justapondo sobre a obra do primeiro, a ditada pelo segundo.

E é assim que topamos em templos românticos, com elementos do gótico, do manuelino, do renascimento clássico e com expressões barroquistas dos séculos XVII e XVIII.

Tudo isto se acumulou quando não se destruiu o já feito para no seu lugar colocar obra nova.

A Arqueologia veio dar uma ordem a estas coisas, uma sistematização, por forma a conduzir a obra plástica ao lugar que hoje ocupa como complemento de sensível relevo na informação histórica.

\* \* \*

Ao verificar-se o fenómeno da deterioração das obras de arte, há que preservá-las ou mesmo restaurá-las.

Ramalho Ortigão escreveu, acerca da conclusão do edifício dos Jerónimos, em Belém (p.p. 230 e 231 – “Arte Portuguesa” I):

“Nenhuma restauração se deve empreender, nem se deve autorizar, sem que previamente se defina, bem precisa e bem nitidamente, qual o fim de *utilidade social* a que esse trabalho se consagra, assentando em princípio fundamental que só um destino de prática utilidade comprovada justifica a restauração de um monumento. A reconstituição conjectural, pelo desenho e pela indução arqueológica, de um edifício histórico, tal como ele deveria ser na fase primitiva, ou em qualquer ulterior fase da sua existência, é sempre uma obra de preciosa elucidação e de alto ensino para a história de todas as questões sociais reflectidas na história da arte em dado período de uma civilização.

Transportar esse trabalho da esfera do estudo à da realidade material, sem outro interesse que não seja o de uma demonstração erudita, é um capricho de cenografia arqueológica, envolvendo para os administradores da riqueza pública, que autorizem tal capricho, a responsabilidade de uma dissipação.”

Isto que foi escrito em 1897, traduz a maior actualidade, sendo de lamentar que tenha escapado a muitos dos que têm estado à frente dos restauros dos nossos monumentos.

O pensamento de Ramalho é tanto para apreciar se notarmos que quando foi apresentado ainda estava fresca a obra do tipo de restauro do célebre arquitecto e erudito francês, Viollet-le-Duc que é em parte a antítese daquele pensamento, embora o autor das “Farpas” a tal não se refira.

Mas é para nós portugueses muito lisonjeiro verificarmos que a Arqueologia hodierna está com Ramalho, não só dentro deste capítulo apontado, mas ainda na ideia da *“inviolabilidade na arte”* que o

escritor português defendeu com energia, isto é, evitar-se “desfazer a obra de uma época para refazer a de uma época anterior”.

Este propósito tão pouco respeitado pelo critério que presidiu aos restauros em Portugal, é de uma enorme importância, atendendo a que, por vezes, procurou-se pôr em evidência numa obra o estilo de uma época, destruindo nessa mesma obra expressões nela introduzidas referentes a um estilo posterior, expressões estas de alto nível artístico e arqueológico, as quais representavam o fruto de transformações que se seguiram àquele primitivo estilo.

Ora uma das tarefas da Arqueologia Artística é o estudo da evolução destas transformações e, conseqüentemente, a subtracção de elementos que nelas se integram, equivale a suprimir folhas do livro que encerra esse estudo, como é óbvio. Ramalho classifica este fenómeno como uma ofensa à “continuidade da tradição.”

Como restauros impostos pela utilidade social estão as reconstruções em templos e outros edifícios das cidades destroçadas na 2ª Guerra Mundial.

Tive a oportunidade de verificar directamente o que se passou neste domínio, principalmente em França, desde Orleães até à Normandia, e a nota dominante é a de, em percentagem apreciável, ter-se respeitado a toada tradicional, salvaguardando inteligentemente as características urbanas regionais.

Evoco a bela panorâmica da cidade de Lorient, totalmente reconstruída, onde mais de 90% dos edifícios apresentam o tipo bretão com o seu telhado de lousa.

É curioso notar-se que grande parte deste material para as coberturas foi importado do nosso País – de Valongo – segundo me informaram.

Também verifiquei semelhantes reconstruções, quase totais, em cidades como S. Malo e outras, sempre notando a preocupação de reproduzirem fielmente os seus palácios e igrejas.

Dentro deste critério topei reconstruídas, na Holanda, Amsterdão em parte, e Roterdão quase totalmente, o mesmo sucedendo com as cidades belgas e alemãs, igualmente destroçadas pela guerra.

Todas estas reconstruções visaram o funcional e está certo que fossem inspirar-se no tradicional e mesmo reconstruindo integralmente certas zonas. Todavia não vá pensar-se que deste modo fica reparada a enorme perda motivada pela destruição. Não; porque com esta, foi-

se, sem recuperação, o valor arqueológico. E estas reconstruções que referi, integram-se num fenómeno totalmente distinto do de tomar uma obra que tem lugar de relevo na Arqueologia Artística e, ao reconstruí-la ou pretender concluí-la (como é o caso dos Jerónimos), pensar-se que, por essa via, a valorizam. Pelo contrário, é na verdade lamentável verificar que aquela longa frente dos Jerónimos construída no séc. XIX, é tomada pelo público como coetânea da maravilhosa construção do séc. XVI!

Compreende-se que assim se proceda, sacrificando o arqueológico, quando se pretende dar uma finalidade utilitária à referida obra, isto é, torná-la funcional. Caso contrário, se há o propósito de preservar o seu valor no domínio da Arqueologia, é aconselhável ou preferível não lhe tocar.

Viollet-le-Duc não pensava assim, no século passado, ao reconstruir Carcassonne; mas há já muito tempo que o grande arquitecto francês (1814-1879) tem foros de peça arqueológica. Aliás a sua competência é incontestável relativa ao conhecimento do que se fez nos séculos que o precederam; ao ponto de nos seus estudos (escritos e desenhos) de ambientes medievais, ir até ao tratamento minucioso do mais íntimo pormenor.

Simplemente, a aplicação desta prodigiosa bagagem de conhecimentos conduziu-o à resultante, hoje não acatada em Arqueologia, de tomar como sinónimos, restauro, reconstituição e reconstrução.

Os dicionários não determinam com muita nitidez a diferença entre reconstruir e reconstituir.

Penso, todavia, que a atitude de reconstituir concilia-se um pouco com a de restaurar, em termos de uma Arqueologia actual, uma vez que a essa reconstituição presida a ideia constante de actuar exclusivamente com os elementos autênticos existentes, colocando-os nos seus devidos lugares.

Pelo contrário, reconstituir, reconstruindo com peças inteiramente feitas de novo, pode ter como resultado obra muito agradável à vista, mas tal operação jamais poderá ser considerada como um restauro e está fora de qualquer relação com a Arqueologia Artística.

Uma peça restaurada nestes moldes é obra condenada a uma sensível desvalorização, ou melhor, a uma perda irreparável no domínio do arqueológico.

Dentro da Arqueologia de hoje – que obedece a normas de rigor científico e com um propósito essencialmente didáctico, transcendendo a atitude espectacular de apresentar a obra acabada e brunida – o restauro de uma peça, monumento ou jóia, é tarefa muito delicada, a exigir a maior das cautelas.

Reconstituir ou, antes, restaurar uma obra, é pois proceder por forma a aproveitar os elementos existentes, prodigalizando-lhes a necessária segurança e amparo. De outro modo, reconstruir consiste na execução completa de elementos que faltam, colocando-os lado a lado com os já existentes.

Actuando sob este segundo critério, é lógico concluir-se do nefasto resultado que advém de tão tremenda baralha!

No final fica-se sem saber onde está localizado o autêntico ou o falso e, conseqüentemente, a valorização da obra apresenta-se arqueologicamente comprometida.

No século passado, Viollet-le-Duc tomou, na verdade, a reconstrução por restauro e hoje, ao percorrermos a França, notamos algumas igrejinhas góticas disseminadas pela província, que nos deixam, por vezes, perplexos quanto à sua autenticidade.

A “cité” de Carcassonne foi quase, pode dizer-se, integral criação do seu prodigioso lápis e os restauros da Notre- -Dame de Paris, Amiens, etc., apresentam algo da exploração fantasiosa daquele artista.

E se o grande público, menos informado, fica boquiaberto naquela atitude de tudo aceitar, as pessoas com conhecimentos, que vêm quando aquele apenas olha, já não vão naquela “cenografia arqueológica”. Assim, dentro da área de actuação de Viollet-le-Duc, ficamos hesitantes quando topamos com monumentos de que não possuímos, à mão, a crónica do que lhes sucedeu. Isto exteriormente, onde a “patine” do tempo é uma veste que encobre por vezes as trapaças. No interior, a coisa é mais difícil de camuflar. Apesar de que, mesmo no exterior, ainda se nota hoje na Notre-Dame a mão de Viollet-le- -Duc, após mais de um século decorrido. Já não me refiro à figura do autor do restauro que se fez estatuar e encontra-se lá no alto, junto dos Apóstolos!

Isto hoje parece-nos inacreditável; mas em 1952 havia ainda parisienses que ignoravam este pormenor, como tive ocasião de testemunhar em conversa na Cidade Universitária de Paris, quando a um grupo de franceses apresentei o facto, de que tinha conhecimento

desde 1929, através do grande Mestre Doutor Aarão de Lacerda, meu professor da cadeira de Estética e História da Arte que frequentei na antiga Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Há quinze anos, todavia, a revista “Paris-Match” num número dedicado à Notre-Dame, elucidava pormenorizadamente acerca do seu restauro, focando com teleobjectiva a estátua de Viollet-le-Duc naquela atitude de mão a proteger a vista dos raios solares, como que a contemplar a sua obra.

A ciência arqueológica teve na sua infância destes desvios da sua real função – preservadora das obras de arte como documentos de estudos históricos. E foi assim que surgiram as reconstruções que, deturpando a obra, conduzem à negação daquela função referida.

Mas estes restauros faziam-se há mais de um século e, de então para cá, processou-se uma evolução enorme, donde resultou um novo critério a presidir à conservação das obras de arte.

Deste modo, desde o começo do século XX em França e no resto da Europa a caminhar na vanguarda, o restauro das obras, concretamente dos monumentos, é efectuado valorizando o arqueológico acima de tudo.

Nada de reconstruções, mas sim segurar e amparar o que existe de válido e autêntico, é a norma presente de actuação.

Na Península Ibérica, como sempre há dois séculos para cá, caminha-se na retaguarda e assim damos conta em Espanha, além de outras, da reconstrução, há proximamente vinte anos, das muralhas de Ávila.

Porém é no nosso País que, a partir de 1932, se começa a desencadear um nunca acabar de obras daquele famigerado tipo ultrapassado de restauro, obras de que a situação política se serviu como elemento de propaganda, num ambiente de euforia e cómoda ignorância, ao abrigo de qualquer reparo ou crítica!...

Foi em percentagem sensível a consagração autêntica do bonito e do parece, tragicamente prejudicial e destruidora de uma boa parte do que possuíamos de real e válido.

Evoco com sentida mágoa a irreparável perda de uma significativa parte da nossa talha dos séculos XVII e XVIII, destruída ao procederem a essas denominadas “reintegrações na traça primitiva”.

Foi preciso surgir o saudoso Prof. Robert Smith, um americano com mais amor às nossas coisas que muitos portugueses, para abrir os

olhos a esses entendidos destruidores, mostrando-lhes a real dimensão da nossa notabilíssima expressão barroca.

Fico neste capítulo a meditar no que sucederia à prodigiosa talha da Igreja de S. Francisco no Porto, se nesses restauros, em vez de terem dado prioridade ao românico, começassem pelo gótico. Para porem a descoberto um gótico medíocre, teriam, possivelmente, destroçado uma das mais belas expressões barrocas do Mundo, tão exaltada por Germain Bazin na sua História da Arte.

É assunto para um estudo demorado e atento, o que se levou a cabo nestes últimos quarenta anos, quanto a restauro de monumentos; mas a tarefa está em parte facilitada, compulsando os 126 números do Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, publicados até à data.

Através deles é que podemos aquilatar com segurança do critério seguido. E ainda bem que tudo deixaram registado para elucidação devida dos vindouros.

A orientação que directamente observei em Itália, Grécia, Turquia e outros países que visitei, centros onde dominam os mais altos expoentes da Arqueologia Mundial, peritos de todas as nacionalidades (UNESCO), foi a de não dar guarida à ideia de qualquer reconstrução.

Em Delfos vi numa reconstituição parcial do templo do Tesouro, ter-se procedido à colocação das pedras por forma a que, quando alguma faltava, o espaço era preenchido por uma massa muito clara, a fim de marcar nitidamente a sua função de suporte.

Uma técnica semelhante observei nas impressionantes e majestosas ruínas que constituem a velha cidade helenística de Éfeso (Turquia da Ásia). Aqui notam-se avenidas ladeadas de templos, casas e uma imensidade de colunas, capiteis de todas as ordens, arquitraves, fragmentos de mármore com elementos decorativos, mas outra parte onde se verifica uma reconstituição muito criteriosa, em que os elementos que não aparecem são substituídos por suportes de betão. Além disso, tudo está devidamente rotulado com indicações precisas, o que torna a visita um regalo para a vista, a par da valiosa informação que nos presta. É, pode dizer-se, do ponto de vista de estudo, pelo seu superior nível didáctico, uma cidade-museu.

Quando aqui estive, há mais de dez anos, ao deparar com tudo isto que suscitou em mim um natural entusiasmo e uma forte emoção,

fiquei a meditar no atraso que neste domínio andava (e anda) pelo nosso Portugal.

Em Itália, o mesmo observei em tudo que visitei por várias vezes, quer em Pompeia, onde muito me impressionou o “classique vivant”, na expressão de um erudito guia que me acompanhava; como em Florença, esse tesouro renascentista, ou em Siena na sua magnífica expressão medieva.

Adquiri em Roma uma publicação onde se apresentam desenhadas, com todo o rigor, as reconstituições dos vários monumentos clássicos e estive mesmo, nessa altura, em frente de uma maquete em gesso, reproduzindo o Fórum no tempo dos Césares.

Fiquei então a pensar que se este centro arqueológico se localizasse em Lisboa, seria reconstruído com mais facilidade do que o foi o Castelo de S. Jorge. Felizmente que o Fórum está em Roma e dêmos graças pelo facto de ter escapado, entre nós, o Templo de Diana, em Évora!

\* \* \*

Para finalizar, assentemos, pois, em que o arqueológico autêntico, apresentado como elemento altamente didáctico, esclarecedor complemento do que se conhece do passado, deve permanecer íntegro.

Se ameaçar ruína, o restauro deve limitar-se a um cuidadoso amparo, não tendo receio, caso disso haja necessidade, de que tal protecção fique bem à vista, explicitando a sua função.

Uma vez que se proceda a reconstrução, com manifesto prejuízo do significado como expressão arqueológica, então procure-se dar ao monumento a aplicação de utilidade social que ditou essa reconstrução.

Só actuando deste modo, é que conseguiremos preservar o nosso Tesouro Artístico, apresentando-o condignamente perante os olhos do turista culto que nos visite.

#### NOTA FINAL

Este trabalho que, como ficou dito, foi escrito em 1977, é um apanhado de impressões anteriores, colhidas através dos tempos e contidas em cadernos de notas.



**casadesarmento**

centro de estudos do património

Não foi levado a efeito mais cedo, dado o ambiente de então não ser próprio à divulgação de assuntos de ordem crítica.

Felizmente esses tempos passaram e hoje verifica-se ser um critério actualizado, o seguido nos restauros.

Guimarães apresenta disto um exemplo magnífico na Pousada de Santa Marinha da Costa.

Sei também que está a ser tomada uma atitude de assistência séria e segura, na preservação da zona histórica da cidade.

Tal constitui uma obra meritória e indispensável à salvaguarda dessa admirável expressão urbanística de índole barroca, manifestação de alto nível e específica de Guimarães.

Deste modo, penso que deixaremos de ver, de futuro, nesses prédios, as famigeradas portadas de alumínio e as coberturas em lusalite, etc.

Para isso, o esforço de uma comissão é importante, mas tem que se verificar, também, o indispensável complemento da compreensão do público, por via do efeito neste, da aquisição de uma informação cuidada, daquilo que constitui uma rica herança dos seus antepassados.